

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 01-288	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Do Centenário à Olimpíada: megaeventos e seus impactos sociais na cidade do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica

Rafael Soares Gonçalves

RESUMO

Tanto os megaeventos esportivos atuais, como as exposições universais desde o século XIX, são mecanismos importantes de renovação de áreas consideradas abandonadas e degradadas. O presente artigo pretende revisitar dois momentos históricos distintos de profundas modificações urbanas no Rio de Janeiro a partir da configuração do seu espaço tendo em vista a organização de eventos de cunho internacional: os inícios dos séculos XX e XXI. Tomando a precaução de evitar anacronismos, pretende-se questionar à luz do passado direções futuras que a cidade está tomando no presente.

PALAVRAS-CHAVE

Megaeventos.
Exposições Universais.
Impactos Sociais.
Favelas.

Recebido em 30/04/2014.

Aprovado em 03/09/2014.

From the Centenary universal exposition to the Olympics games: mega-events and its social impacts in Rio de Janeiro on a historical perspective

The current sporting mega-events and the universal exposition since the 19th century are both important mechanisms for renewal urban areas considered abandoned and degraded. This article intends to revisit two distinct historic moments of urban changes in Rio de Janeiro from the configuration of its space with a view to organizing international events: the beginnings of the 20th and 21st century. Taking the precaution to avoid anachronisms, we intend to question in light of the past the future directions that the city is taking in this moment.

KEYWORDS Mega-events. Universal Exposition. Social Impacts. Slums.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 17-41	Jan/June 2014
------------------------	----------------	-------	------	----------	---------------

Introdução

A conquista dos grandes eventos internacionais modificou completamente a forma de planejar e gerir a cidade do Rio de Janeiro, mobilizando importantes recursos públicos e atraindo vultosos investimentos privados. No entanto, a forma de concepção da cidade a partir da estruturação de grandes eventos opera como uma espécie de âncora das políticas de empresariamento urbano e reitera a visão do espaço como se este fosse inerte e vazio de significados (Cardoso, 2007, p.20). Pasteuriza-se o espaço sem levar em consideração o aspecto cotidiano da vida dos habitantes, e as particularidades próprias de cada local. As exigências do evento condicionam investimentos e impõem uma série de encargos às cidades que os recebem.

O espetáculo se apresenta, segundo Guy Debord (1967), como um instrumento de unificação. Não é somente um conjunto de imagens, mas um relatório social entre pessoas, mediatizado por imagens. Pensar a cidade como espetáculo implica a valorização da imagem da cidade a partir de modelos internacionalmente aceitos. Dentro dessa economia semiótica, certos locais no seio da urbe adquirem um protagonismo especial que mobilizam valores citadinos e são objetos de processos recorrentes de renovação urbana. Tais imagens espetaculares, segundo Berenstein-Jacques (2009), se revestem de um aparente consenso, sendo destituídos de seus conflitos inerentes.

O espetáculo enquadra a participação e sugere um consenso, mesmo que a dinâmica de organização do espetáculo promova medidas contrárias à população, sobretudo a mais pobre. Existe um forte agenciamento das forças locais através de parcerias público-privadas; da valorização do empreendedorismo urbano; da evocação de um patriotismo local, e eventualmente de uma maior oferta de trabalho. Observa-se, ainda, uma forte relação entre forma espacial (urbanismo e arquitetura espetaculares e monumentais) e o projeto de uma nova cidade e sociedade.

A própria noção de “revitalização” ou de “renovação”, como analisa Sanchez (2009, p.179), é representada carregada de valor, e sugere que não haveria antes nenhum tipo de vida social, recriada agora mediante o gesto planejador. Segundo a autora, este tipo de discurso pretende sinalizar a necessidade de reconfigurar a geografia e a história social de um lugar, cujas características pretéritas não estariam de acordo com os conteúdos desejáveis para o novo projeto de cidade. As representações impostas às cidades-sedes de eventos esportivos, cidade alçada a sujeito de história, fortalece a leitura única da mudança, ao mesmo tempo em que enfraquece a possibilidade de construção de alternativas (Sanchez, 2007, p.35).

Qualquer resistência, ação ou pensamento de crítica ao projeto de renovação urbana pode ser tomado como agressão, desamor à cidade, falta de patriotismo. No caso do Rio de Janeiro, a cobertura midiática, ou melhor, a precária cobertura das inúmeras remoções que estão ocorrendo em certas favelas corrobora na construção desse novo modelo de cidade. Os movimentos sociais de moradia são criminalizados e o objetivo final de organização dos eventos internacionais, à imagem do arrasamento do Morro do Castelo no início do século XX, torna-se invisível o preço que certos setores da sociedade devem pagar para o bem da cidade e da nação.

Apesar de ainda ser complicado avaliar se estamos diante de um processo acelerado de gentrificação, tal processo torna-se parte integrante da agenda política de renovação urbana. A valorização excessiva do solo em certos bairros da cidade e mesmo em algumas favelas não é problematizada pelos poderes públicos e é anunciada por esses como um dos êxitos das políticas urbanas. A expulsão da população mais pobre não se dá somente durante as obras de construção de equipamentos de infraestrutura e embelezamento dos bairros, mas também pelos efeitos da especulação imobiliária desenfreada. Segundo o pensamento clássico de Smith (2006) sobre o assunto, o processo de gentrificação designa as práticas de reapropriação de espaços pelo mercado por intermédio de operações urbanas que lhes conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente se orientando para o consumo – residencial ou de serviços – das camadas médias. Apresentados, para fins mercadológicos, como espaços “revitalizados”, neles, porém, a população original vivencia a “revitalização” como mecanismo gerador de expulsão e segregação social.

Tanto os grandes eventos esportivos atuais, como as exposições universais desde o século XIX, são mecanismos importantes de renovação de áreas consideradas abandonadas e degradadas¹. O presente artigo pretende revisitar dois momentos históricos distintos de profundas modificações urbanas no Rio de Janeiro a partir da configuração do seu espaço tendo em vista a organização de eventos de cunho internacional: os inícios dos séculos XX e XXI. Questiona-se, finalmente, se o modelo de cidade que se aspira atualmente reproduz certos princípios higienistas de outrora, pautando-se mais uma vez no esforço de “limpar” a pobreza, com a expulsão daqueles considerados indesejáveis das áreas recém-renovadas. Tomando a precaução de evitar anacronismos, pretende-se questionar à luz do passado direções futuras que a cidade está tomando no presente.

Renovação urbana carioca e o espetáculo do centenário da independência

Apresentar o processo de desenvolvimento da cidade na passagem do século XIX para o século XX, como assevera Rodrigues (2009, p.85), implica demarcar com clareza seu transcurso de uma situação colonial para moderna. O país almejava a modernidade à imagem das nações europeias, o que pressupunha intervir na sua capital para mostrar ao mundo um país que dava definitivamente as costas ao seu passado colonial e escravocrata. No entanto, como descreve Rodrigues (2009, p.92), a cidade, e principalmente seu centro, parecia um grande bazar, muito mais próximo das cidades árabes do que das europeias, idealizadas pelas elites empreendedoras.

À imagem de Paris, ou mesmo de Buenos Aires, Rio de Janeiro pas-

1 As primeiras olimpíadas não tinham a mesma visibilidade que se constata atualmente com o movimento olímpico. Segundo Short (2008, p.328), os Jogos Olímpicos de Paris (1900), St. Louis (1904) e Antuérpia (1920) foram apenas atrações das exposições internacionais. Até os anos 30, essa visibilidade era muito restrita. Os Jogos de 1936, em Berlim, representa um marco de uma maior participação do Estado na organização dos Jogos na perspectiva ideológica de valorizar os atributos nacionais dos países sede. Esse processo ganha maiores proporções a partir da década de 1970, sobretudo depois das Olimpíadas de Montreal, em 1976. A partir de 1984, em Los Angeles, o setor privado aumenta o seu interesse na organização dos jogos, e, por fim, a partir das Olimpíadas de Barcelona, em 1992, os jogos são compreendidos, sobretudo pelo seu impacto no planejamento urbano, como uma grande oportunidade de empreender uma profunda renovação urbana das cidades anfitriãs.

sou por inúmeras intervenções urbanísticas nas primeiras décadas do século XX. As intervenções dos alcaides Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio modificaram profundamente o espaço urbano do Rio de Janeiro. A particularidade do período de Carlos Sampaio à frente da prefeitura se manifestou na preparação da cidade para as comemorações do centenário do país, ocasião propícia para se realizar uma grande exposição internacional, direcionando os olhos do mundo para o país. Tal evento, como veremos, justificou uma importante intervenção urbanística no centro da cidade para revelar ao mundo um novo país.

As exposições internacionais exerceram, a partir da segunda metade do século XIX², um relevante poder simbólico, expondo ao mundo a modernidade dos países anfitriões. Estas exposições foram eventos que apresentaram um forte caráter de exaltação à nação e ao nacionalismo; significaram uma oportunidade única de renovação de zonas degradadas das metrópoles que já viviam os impactos urbanos da revolução industrial e se revelaram, como sublinha Pesavento (1997, p.50), no imaginário social como um grande espetáculo, onde se podia contemplar as últimas maravilhas da indústria e da civilização.

Conforme descreve Neves (1986, p.17-18), a cidade do Rio de Janeiro abrigou e promoveu, a partir de 1861, várias exposições nacionais, preparatórias às grandes exposições universais ou comemorativas das grandes datas nacionais, como a exposição artística industrial fluminense, que celebrava o quarto centenário do Descobrimento do Brasil (1900). Vale salientar a organização da exposição nacional de 1908, comemorativa da Abertura dos Portos. Inaugurada no mês de agosto de 1908, a Exposição Nacional, montada na orla do bairro da Urca, entre os morros da Babilônia e da Urca, mobilizou não só a cidade como todo o país. Em apenas três meses, recebeu mais de um milhão de visitantes; número considerável para um país que tinha cerca de 22 milhões de habitantes (Fabian e Rohde, 2007, p.1)³.

2 A primeira exposição universal se realizou em Londres no ano de 1851.

3 A exposição nacional de 1908, sendo destinada a marcar no caminho dos séculos o primeiro estádio da vida no Brasil no mundo civilizado, sem a dependência do vínculo colonial que prendia o seu commercio nas relações internacionais, deve apresentar também aos olhos dos visitantes com os produtos de sua atividade no commercio, na indústria e na agricultura, assim como nas sciencias, nas letras e nas artes, o aspecto geral do seu território, de sua população e do seu movimento social e econômico. (Di-

Além de divulgar os produtos nacionais, tal evento permitiu apresentar a nova capital transformada pela reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos nos primeiros anos do século XX. A cidade, conforme sustenta Silva (2003,p.31), era o termômetro da civilidade, espécie de vitrine do novo modo de vida que se pretendia inaugurar. A reforma Passos, por exemplo, foi acompanhada da elaboração de várias posturas municipais que regulavam desde o comércio popular dos quiosques até como a população deveria apresentar-se na avenida. A reforma urbana pressupunha também uma reforma social com a definição de novos usos e públicos para a cidade que emergia.

A exposição do Centenário da Independência, por sua vez, teve uma visibilidade ainda maior, e contou com a participação de inúmeras delegações estrangeiras. Foi aberta em 7 de setembro de 1922, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, e encerrada por Artur Bernardes na primeira semana de julho de 1923. O contexto político era extremamente delicado. O ano de 1922, em particular, foi um ano crítico para o governo brasileiro, repleto de disputas políticas, levantes militares e acirramento dos problemas sociais. Enfim, este ano marca, de certa forma, para o bem ou para o mal, a inserção do país na modernidade.

Apesar das tensões sociais latentes, era importante comemorar com toda pompa o Centenário da Independência do país para mostrar que o Brasil ingressava definitivamente no mundo civilizado. O governo do presidente Epitácio Pessoa não poupou esforços nem recursos para fazê-lo. Mudou a face da então Capital Federal para celebrar a data e sediar, mesmo estando o país em estado de sítio, a Exposição Internacional da Independência. Com forte caráter institucional e procurando eliminar os fatores de turbulências políticas e sociais, a exposição justificou a construção de consensos sociais através da formulação de um modelo específico de nação.⁴

A preparação para a exposição mobilizou a sociedade carioca da época e a urgência temporal de preparação da cidade justificou e legitimou as diversas intervenções urbanas, conforme bem salientou o jornal *O Correio da Manhã* do dia 24 de abril de 1920:

rectoria Geral de Estatística: 1908, p.V).

4 Para uma discussão aprofundada sobre a organização da exposição, ver o livro de Marly Motta (1992).

Faltam apenas 29 meses para que o Brasil festeje o 1º centenário de sua independência (...). Os festejos da independência devem atrair forçosamente muitos visitantes à capital da república (...), pode-se dizer que não será para estranhar que todo mundo civilizado aqui envie as suas melhores representações (...). É preciso que quem aqui aportar (...), encontre como primeira cidade brasileira, alguma coisa que provoque louvores (Citado por Motta, 1992, p.47).

A *Revista da Semana* (nº. 26) do dia 7 de agosto 1920 sublinhou igualmente a importância de se preparar a cidade para os festejos:

A magnificência de uma capital não é uma simples questão de vaidade, mas de dignidade nacional (...). Nesta hora histórica em que o Brasil entrou na plena consciência dos seus destinos formidáveis (...), vem a propósito perguntar se a capital do Brasil (...) está à altura de representar à síntese brilhante de nossa civilização (...). (citado por Motta, 1992, p.53)

A preparação da área da exposição internacional no entorno do Morro do Castelo suscitou o retorno da velha discussão sobre seu arrasamento. Conforme analisa Neves (1986, p.5), a cidade vista pelos contemporâneos como síntese e microcosmo do país, deveria superar os resquícios da colonização portuguesa, consolidando-se como símbolo do progresso do país. O Morro do Castelo, para Silva (2003, p.47), com a sua riqueza de mistura de usos e de classes, era considerado a expressão espacial do atraso com o qual as elites desejavam acabar. Segundo a autora, era necessário expulsar prostitutas, lavadeiras e “pais de santo”, moralizando e higienizando uma região que sempre fugiu ao controle das autoridades.

A intenção de arrasar o Castelo vinha sendo levantada desde o fim do século XVIII, e foi objeto de inúmeros debates durante todo o século XIX. A própria discussão em torno do arrasamento do morro trouxe à tona concepções diversas da modernidade (Motta, 1992)⁵. A proteção do morro como elemento da natureza poderia ser concebida como elemento moderno e civilizador. Da mesma forma, a sujeição da natureza à ordem da cultura advogaria, ao contrário, pelo arrasamento do morro. Outra questão suscitada foi a proteção do patrimônio cultural da cidade: o Castelo, berço histórico da cidade, possuía um rico acervo arquitetônico (igrejas de São

5 O *Correio da Manhã* foi o principal órgão da imprensa a defender o arrasamento e, em contraposição, o *Jornal do Brasil* foi um dos seus maiores críticos.

Sebastião do Castelo e Santo Inácio, relógio da torre, observatório astronômico, o mistério em torno do tesouro dos jesuítas); e era depositário de inúmeras tradições que marcavam a cultura carioca da época, conforme demonstra o Jornal do Brasil de 16 de fevereiro de 1921:

O serviço há pouco iniciado de arrazamento do Morro do Castelo vai prosseguindo. Não tardará muito talvez que os esforços dos homens consigam derrubar completamente a bela montanha, que é um dos encantos da natureza do Rio. O arrazamento do Morro não significa um atentado apenas contra um dos elementos que expressam maior graça e maior encanto à cidade. É mais que isso porque é um esquecimento completo um desdém lastimável às tradições cariocas. É no cimo do morro que se encontra o marco da cidade, fixando a data da fundação. É lá que acha também o túmulo de Estácio de Sá, o fundador do Rio de Janeiro. (...) Se ele está sujo e pouco esthetico porque não ajardinal-o, não construíll-o, não embelezall-o em summa como em principio se pensava em fazer. Poderíamos vir a ver nella ainda uma região tao encantadora quanto a Gloria ou Santa Teresa.

A destruição representaria a expulsão de quase 5.000 habitantes, divididos, segundo Motta (1992:55), em aproximadamente 400 edifícios. Em termos científicos, o arrasamento respondia aos pressupostos higienistas da época, assim como representava uma oportunidade econômica única com a liberação dos terrenos onde se encontrava o morro:

O morro do Castelo é um grande pólypo que impede a cidade oxigenar-se amplamente nos ventos que vadeam a barra, e que ele rouba uma área valiosíssima ao desenvolvimento das edificações. Desmontar esse bloco feio e inútil de terra é, além disso, ganhar sobre o mar um terreno de que a cidade precisa. (...)⁶

O jornalista Antonio Leão Veloso também foi um ardoroso defensor do arrasamento do morro e criticava o apego ao passado (*O Correio da Manhã*, de 9 de agosto de 1920):

“Nós cariocas sentimos umas melancolias, umas tristezas inexplicáveis, cada vez que se cogita de demolir qualquer trecho da cidade velha. Os governos, porém, não se devem atemorizar com esses delírios sentimentais. Os nossos antepassados, negros da costa,

6 Entrevista do prefeito Carlos Sampaio ao jornal *O Correio da Manhã* de 22 de outubro de 1920.

quando arrancados das inhospitas terras e, a caminho do Brasil, rica e fértil, também choravam, e muitos morreram de um mal indefinido, composto de angústias e melancolias, a que chamavam banzo, espécie de nostalgia da costa d’África. Será talvez, ainda este mal constitucional e atávico que está fazendo muitos brasileiros verterem lágrimas sobre os futuros escombros do Morro do Castelo. As autoridades municipais não se devem enternecer com essas lágrimas”.

A profunda crise econômica do início da década de 1920, e os gastos exorbitantes para a realização dos trabalhos não foram suficientes para se questionar o projeto. A produção de uma nova capital significava não somente destruir o Morro do Castelo, mas também eliminar práticas consideradas atrasadas. Enfim, a reforma urbana era também uma reforma social com o intuito de forjar uma nova capital com novos cidadãos: “depois dos três dias de carnaval, como este é o ano do centenário, devemos fechar o rosto (...) saber envergar uma casaca, fumar charuto sem se engasgar (...) e rir de boca fechada para não cuspir na cara do vizinho”⁷.

O livro comemorativo do centenário da independência já elogiava, alguns meses depois do término da exposição, as pretensas mudanças sociais provocadas na cidade após a sua organização: Operou-se um verdadeiro milagre e, sob a influência dessa transformação, outra se deu, a dos costumes, assumindo outra fisionomia a vida da cidade (...). A cidade enfim, começou a viver outra vida adequada ao novo cenário onde se enquadrava⁸.

O espetáculo que a cidade deveria apresentar ao mundo no contexto da independência justificou igualmente a intervenção em outros morros do centro da cidade. O jornal *O Correio da Manhã*, de 11 de janeiro de 1920, já levantava essa questão e chegou a publicar a sugestão de um dos seus leitores que propunha o embelezamento do morro do Castelo, inclusive com a construção de uma ponte sobre a Avenida Rio Branco para ligar este morro ao de Santo Antônio. A ideia do embelezamento do Morro do Castelo, como vimos, não foi adiante. No entanto, os demais morros do centro foram objeto de projetos de embelezamento para a preparação da cidade ao centenário:

7 Revista *O Careta*, nº. 716, fevereiro-1922. Citado por Motta (1992, p.17).

8 Livro de ouro comemorativo do centenário da independência e da exposição internacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Edição do anuário do Brasil, 1923, p. 376. Citado por Neves (1986, p.69).

Mesmo quanto aos morros da cidade, a tarefa do prefeito é imensa e precisa ser melhorado. S. Carlos, o morro de S. Antonio, Favella etc., tudo isso está exigindo a atenção do governo que não pode permitir que esses trechos da cidade continuem na má condição em que estão⁹.

O embelezamento dos morros para o espetáculo do centenário não implicava necessariamente a integração dos seus moradores, o que significou a expulsão de parte dos favelados para outras áreas da cidade¹⁰. As favelas que se consolidavam não faziam parte do projeto do Brasil moderno que se pretendia mostrar ao mundo. Era preciso preparar a cidade para os visitantes que estavam prestes a chegar¹¹:

O Rio de Janeiro será o ponto de convergência de muitos milhares de visitantes, estrangeiros e nacionais, durante o período de grande comemoração nacional. A prefeitura deve esmerar-se para que a capital se apresente garrida e bela aos olhos de quem nos honrar com suas visitas, isto de preferência a pretender realizar quaisquer empreendimentos mais ou menos férteis e de estreita ou apagada significação. (...)

A suburbana [área] é exemplo do que dizemos, mas mais do que ella ahí estão os morros da cidade, como os da favela e quejandas, dando a quem nos visita a impressão de que aquillo sejam aldeamentos de

9 *O Correio da Manhã*, 22 de outubro de 1920. O *Jornal do Brasil* de 15 de fevereiro de 1921 também afirmou que foi pensado também no embelezamento do Morro de Santo Antonio: “O Dr. Prefeito assignou o accordo com a Companhia industrial Santa Fé proprietário do referido morro, para o tornar acessível e embelezal-o segundo as regras da mais perfeita esthetica. Segundo informações que tivemos, as obras vão ser iniciadas dentro em breve, não devendo exceder o prazo de sua execução a época próxima da celebração do centenário da independência.

10 *O Correio da Manhã*, de 13 de junho de 1920, revelou que a “favella ainda não saiu do programa. Os barulhentos habitantes desse morro que serve de abrigo a toda espécie de malandros, não deixam de dar muito que fazer ás nossas autoridades, que, também por sua vez, não lhes dão um momento de descanso”.

11 As intervenções de Sampaio não se limitaram aos morros da cidade. Valendo-se das comemorações do centenário, a cidade foi tomada por um conjunto de obras que atingia desde Santa Cruz (a construção do Matadouro), Benfica e Jacarepaguá (aterro dos pântanos), passando pelo Méier (construção de um hospital) até a Lagoa (saneamento e loteamento das adjacências), Copacabana, Ipanema e Leblon (o término da urbanização começada por Frontin). Desse conjunto de intervenções, o arrasamento do morro do Castelo foi o que mais mobilizou a opinião pública, os engenheiros, arquitetos e a prefeitura (Silva, 2003, p.45).

botocudos encravados no coração da capital. (...) Seja, porém, como for, aquela vergonheira do morro da Favella carece de desaparecer por uma vez¹².

No bojo das comemorações do centenário, foram organizados também, segundo Mascarenhas (2011, p.61), dois eventos esportivos internacionais com forte impacto midiático. Após o sucesso da organização do IV Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais de futebol, em 1919, o país organizou, no ano do centenário, mais um Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais (o Fluminense Football Club reformou e ampliou seu estádio, elevando sua capacidade de 18 mil para 25 mil espectadores), assim como sediou os “Jogos Latino-americanos”, espécie de primeira olimpíada continental, considerados precursores, segundo Mascarenhas (Op. Cit.), dos Jogos Pan-Americanos, que surgiriam somente em 1951.

A organização de grandes eventos nas primeiras décadas do século XX exerceu um forte papel pedagógico para construir uma nova sociedade e eliminar os fatores de diversidade. A construção de um pretenso consenso sobre o futuro da nação se manifestava também na forma de intervir no espaço urbano. A urgência temporal para preparar a cidade permitiu negociatas diversas, com uso indevido do dinheiro público e concessão de benefícios a certos grupos econômicos, sobretudo aqueles ligados com a construção civil e o mercado imobiliário. O próprio prefeito e o conselho municipal foram acusados de benefícios indevidos no arrasamento do Morro do Castelo. O Jornal do Brasil de 7 de janeiro de 1921 fez duras críticas aos gastos diante das condições precárias das finanças municipais:

A estupenda imoralidade do projeto de arrasamento do Morro do Castelo um pano de amostra eloquente da venalidade da maioria dos membros do conselho municipal e da ausência absoluta de escrúpulos destes homens, a cuja impudência está amarrada a sorte do povo carioca.

A edição de 22 de julho de 1921 d’*O Correio da Manhã* já criticava a mania de grandeza do país e o exagero e o esbanjamento dos gastos públicos:

Nos tempos que correm, mesmo para festejar o primeiro centenário de uma independência política, essa ideia é uma extravagância. Dir-se-á que, justamente por ser extravagante, está de acordo com as nossas normas, e que em nossa vida de povo

12 *O Correio da Manhã*, 3 de maio de 1920.

independente, o melhor da atividade nacional se tem gasto em esbanjamentos inúteis: sem a nota característica – o dinheiro posto fora com estardalhaço e sem critério – acomodação pareceria estranha. Não há dúvida: manda a cor local que assim se arranjem as coisas.

Além das críticas de mau uso das verbas públicas, novas críticas foram rapidamente levantadas quanto aos impactos dos grandes eventos na cidade. Apesar do aumento dos postos de trabalho e de certo dinamismo econômico que a organização desses eventos produz, a sua organização tem um impacto direto na população mais pobre. Em primeiro lugar, como vimos, foi a expulsão dos moradores do Morro do Castelo, assim como de parte da população de outros morros que foram embelezados no contexto de preparação da cidade. Nenhuma política de reassentamento dessa população foi formulada, o que aumentou de forma exponencial a crise de habitação na cidade. Estes impactos já eram previstos e criticados antes do início dos trabalhos de arrasamento, conforme demonstra a reportagem de *O Correio da Manhã* de 22 de agosto de 1920:

Vae já para algum tempo que a crise de habitações se acentua sem o necessário cuidado dos poderes públicos para debellal-a. Mas é fatal que, como sucede sempre entre nós, dado o primeiro impulso para a sua solução, o resto virá sem maiores canseiras. Quando o governo – municipal ou federal, pouco importa para o caso – se propõe a realizar empresas como esta do arrasamento do morro do Castello, onde habitam cerca de três mil pessoas, para as quaes não se escolheu ainda alojamento, e cujo deslocamento intempestivo virá ainda mais agravar a crise das habitações, os projectos como o de que tratamos se impõem pela própria natureza da situação.

Os impactos das grandes reformas urbanas já tinham sido evocados pelo mesmo jornal algumas semanas antes da reportagem acima. Segundo a edição de 29 de julho de 1920, era necessário, à imagem das cidades populosas europeias, promover a construção de casas destinadas ao povo em paralelo às demolições dos velhos bairros anti-higiênicos:

Nestes últimos trinta anos muito tem crescido a população da Capital Federal, cujo melhoramento dos materiais foi iniciado em 1902. Se, por um lado, não há como negar, concorrera, fundamentalmente para o seu saneamento, por outro, com o prolongamento e abertura de avenidas e ruas e ampliação de outros logradouros

públicos, recalçaram as camadas populares mais pobres para os morros ao desabrigar e para as baiucas e habitações coletivas, desprovidas de higiene, do centro da cidade.

Da mesma forma, foram objeto de fortes críticas os possíveis legados sociais dos preparativos. A reportagem do *Jornal do Brasil*, de 22 de janeiro de 1920, evocou a importância de se preparar a cidade, questionando se a Leopoldina Railway não faria nada para substituir “o barraco infecto que possui na praia formosa por uma estação digna da capital da república”, sobretudo pelo fato que os estrangeiros certamente teriam a oportunidade de conhecer a bela estação terminal da cidade de São Paulo.

Além do impacto no aumento da crise de habitação, o aumento relativo da demanda e a possibilidade do acolhimento de um grande número de estrangeiros trouxeram uma forte dinâmica especulativa dos preços, o que foi mais uma vez sentida, sobretudo pela população mais pobre da cidade. Segundo *O Correio da Manhã* de 11 de julho de 1922, as populações das grandes cidades eram inimigas das exposições. Esse artigo questionou, às vésperas da abertura das comemorações do centenário, os benefícios que tais eventos poderiam realmente trazer para a cidade e seus moradores:

Tudo encarece: leite, verduras, etc. As pensões da cidade, bem não vaga um quarto, augmentam o preço do mesmo. Isto, que se dá há mais de ano, dá-se agora mesmo, todos os dias. Ora este estado de coisa tende a se desmesurar, a crescer, quando começaram os festejos do centenário. Sabe-se, conforme, de resto, já notou um colega, como as populações das grandes cidades são inimigas das exposições (...). Pois a cidade hospedará milhares e milhares de forasteiros. Ora, é claro que a população fixa da Capital Federal soffrerá com isso. Tudo encarecerá mais.

Apesar dos contextos distintos dos inícios do século XX e XXI, questionamos se no caso do Rio de Janeiro, o fato de receber grandes eventos condicionou certas dinâmicas urbanas, que merecem uma reflexão comparativa, sobretudo em relação aos impactos sofridos pelos mais pobres. Será que não se trata, tanto ontem como hoje, de um processo de consolidação de uma cidade elitista em que os possíveis benefícios dos grandes eventos não foram, não são e nem serão usufruídos plenamente por toda a população?

Grandes eventos e intervenções urbanas no Rio de Janeiro contemporâneo

O processo de renovação urbana atual da cidade do Rio de Janeiro se pauta mais uma vez na perspectiva de organização de grandes eventos internacionais. Essa mesma equação, grandes eventos *versus* renovação urbana, não é um privilégio do início dos séculos XX ou XXI e também foi acionada em outros momentos do século passado, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, conforme faremos uma brevíssima alusão a seguir.

A abertura da Avenida Presidente Vargas no início dos anos 1940, por exemplo, permitiu a interligação do centro da cidade com os bairros da zona norte, o que certamente influenciou a escolha da área onde foi construído o Maracanã para a Copa de 1950, o maior evento esportivo organizado pelo país até aquele momento. A construção da Presidente Vargas durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth rasgou boa parte do centro da cidade, destruindo inúmeras construções da Praça Onze e da área do Mangue, bairros populares, repletos de cortiços e conhecidos pelo samba, pelas rodas de candomblé e pela prostituição.

Da mesma forma, dentro dos preparativos para a realização do Congresso Eucarístico Internacional, em 1955, foi iniciado o arrasamento de mais um morro da cidade, o Santo Antônio, situado no coração da cidade, e a poucos metros da principal artéria da cidade, a Avenida Rio Branco. A favela ali existente era uma das mais antigas da cidade. O Santo Antônio era considerado uma anomalia em uma das zonas mais centrais da capital e, junto com o Morro do Castelo, foi objeto de inúmeros estudos e relatórios durante os séculos XIX e XX advogando o seu arrasamento. Parte do material retirado do Morro de Santo Antônio foi usada para a construção do aterro, onde se realizaram as cerimônias religiosas do evento. Essa área foi ocupada mais tarde pelo Museu de Arte Moderna, em 1958, e pelo Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em 1960.

Além do desmonte do Morro de Santo Antônio, o Congresso Eucarístico acabou trazendo impactos indiretos em relação às favelas, conforme nos relata Dom Helder Câmara, bispo auxiliar da diocese e principal figura da organização do Congresso Eucarístico: durante o Congresso, o cardeal Gerlier, arcebispo de Lyon e primaz da França, convidou Dom Helder para dar uma solução definitiva às favelas, o que o levou a criar a Cruzada São Sebastião (Broul, 1983, p.40). A ousada e irrealista proposta de Dom Helder era, segundo os Estatutos da Cruzada, urbanizar o conjunto de

favelas da cidade para o IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, até o dia 20 de janeiro de 1967. Mais uma vez, a realidade das favelas era uma mácula que a bela cidade do Rio de Janeiro, vitrine do Brasil, teimava em mostrar ao mundo¹³.

O período de preparação da cidade para o seu quarto centenário foi, igualmente, uma data comemorativa que exerceu um papel importante na reconfiguração urbana do Rio de Janeiro. As favelas não foram urbanizadas e muitas, aliás, estavam sendo definitivamente removidas e seus moradores enviados para conjuntos habitacionais distantes do centro. O quarto centenário, em 1965, provocou um forte investimento na construção de uma nova identidade de cidade, que vinha de perder a condição de capital do país e se tornara, desde 1960, o mais novo membro da federação, a cidade-estado da Guanabara. A continuação das obras do aterro com a inauguração do que hoje conhecemos como o Aterro do Flamengo, em 1965, foi o evento mais marcante das comemorações do quarto centenário, obra que facilitou a interligação do centro com os bairros nobres da zona sul. Motta (2009, p.132) explica que embora o Rio de Janeiro já não fosse mais a capital do país, mantinha sua natureza de vitrine do país e, como tal, precisava ser constantemente remodelada.

Motta (2009, p.130) sublinha, ainda, que duas intervenções urbanísticas foram sistematicamente lembradas no decorrer das comemorações do quarto centenário: o arrasamento do Morro do Castelo e a construção do Aterro. Esta escolha, segundo a autora, não foi aleatória, uma vez que procurava atender a dois requisitos: confrontava o coração do Rio antigo com a face da Guanabara moderna e glorificava a vitória da intervenção humana sobre a natureza.

Se nos primeiros anos da transferência da capital para Brasília, a agressiva política de reforma urbana do governador Carlos Lacerda procurou manter acessa a economia carioca, a cidade foi paulatinamente perdendo importância política e econômica. Consolidaram-se representações extremamente negativas de uma cidade decadente e violenta, sobretudo a partir da década de 1980, e que foi sintetizada politicamente na decisão do pre-

13 A principal experiência da Cruzada foi a construção do Bairro São Sebastião no Leblon que realojou parte dos moradores da Favela da Praia do Pinto. Tal experiência se diferenciou bastante das políticas de remoção implementadas posteriormente, na década de 1960, já que procurou reassentar os moradores no mesmo bairro onde viviam.

feito Saturnino Braga em declarar a falência da prefeitura, em 1988. Neste contexto de crise generalizada, assume a prefeitura o economista Cesar Maia, no final de 1992. Com uma retórica de mudanças, sua administração se vangloriava de ser técnica e eficiente e encarnava a figura do administrador tocador de obras, à imagem de Pereira Passos, Carlos Sampaio, Henrique Dodsworth e Carlos Lacerda, sem descuidar, no entanto, das finanças públicas.

E, mais uma vez, os grandes eventos se tornaram um instrumento eficaz para recolocar o Rio de Janeiro na vitrine do país. É bem verdade que essa dinâmica de atrair grandes eventos para desenvolver a cidade se iniciou com a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em 1992, ainda sob a administração do prefeito Marcelo Alencar, mas foi ampliada nas administrações Cesar Maia e do atual prefeito, Eduardo Paes. Depois de ter tentado, sem sucesso, sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e de 2012, a candidatura da cidade para os Jogos Pan-americanos de 2007 foi finalmente aceita e se configurou como um divisor de águas. A partir dessa data e com a inédita confluência de interesses de todas as esferas de poder (União, estado e município), a cidade ganhou todas as candidaturas que concorreu: organizou os Jogos Militares de 2011, a última conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a Rio+20, a Copa das Confederações e as Jornadas Mundiais da Juventude com o papa em 2013, assim como se prepara para receber dois eventos de enorme visibilidade mundial, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016¹⁴. Antes de entrarmos nos impactos que tais eventos trazem para a cidade do Rio de Janeiro, é importante nos determos brevemente sobre a dinâmica que tais eventos produziram em outras metrópoles que os sediaram, sobretudo em relação à população mais pobre.

O relatório elaborado pela arquiteta e relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik (2009, p.6), sobre despejos forçados e grandes eventos é ilustrativo do impacto de tais eventos sobre as populações mais pobres. A especulação imobiliária em torno dos Jogos Olímpicos de 1992, por exemplo, resultou num aumento de 131% no preço dos imóveis em Barcelona. Já a prepara-

14 Mesmo que alguns desses eventos são organizados pelo país, como a Copa das Confederações ou a Copa do Mundo, o Rio será a principal sede desses eventos, recebendo o centro de mídia e as partidas finais.

ção das Olimpíadas de Seul em 1988 resultou na expulsão violenta de 15% da população da cidade, com a destruição de 48 mil edifícios¹⁵. A especulação imobiliária aumentou em mais de 20% o valor dos apartamentos e em mais de 27% o dos terrenos da cidade. Em Atlanta, em 1996, em torno de 15 mil residentes de baixa renda foram expulsos da cidade por causa dos Jogos, com a destruição de cerca de 1.200 unidades de habitação para os pobres. Por sua vez, a preparação para as olimpíadas de Pequim, em 2008, envolveu a realocação de moradores em larga escala. Foram relatadas denúncias sobre despejos em massa, por vezes conduzidos por homens não identificados. Cerca de 1,5 milhão de pessoas foram deslocadas. No caso da África do Sul, para a Copa de 2010, mais de 20 mil moradores foram removidos e transferidos para áreas mais distantes e empobrecidas de Johannesburgo. Por fim, a preparação dos Jogos da Commonwealth, em Nova Deli, em 2010, implicou a expulsão de mais de 35 mil famílias que ocupavam terras públicas.

No caso brasileiro, conforme relata o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, estima-se, segundo estimativas conservadoras, que 170 mil pessoas possuem seus direitos à moradia violados e ameaçados no país no contexto de preparação para a Copa do Mundo¹⁶. No caso do Rio de Janeiro, calcula-se que 30 mil pessoas serão (ou já foram) removidas, conforme a cidade se prepara para receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016¹⁷.

O interesse atual em atrair grandes eventos esportivos se baseia, para Sanchez (2007, p.33), na dimensão popular desses eventos, propícios de constituir uma base política mais sólida para o empresariamento da cidade. Segundo a autora (2007, p.38), no plano das imagens, a cidade está no centro da cena e os cidadãos se tornam meros figurantes. Manuel Delgado (2007, p.40), um dos maiores críticos do modelo Barcelona, afirma que a organização dos Jogos Olímpicos nessa cidade se tornou um verdadeiro paradigma do que hoje se conhece como Marke-

15 Segundo Short (2008, p.331), 750 mil pessoas foram removidas em Seul para a organização dos Jogos Olímpicos.

16 Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2012 in http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie_megaeventos_violacoesdedireitos2012.pdf, (consultado em março de 2013).

17 <http://comitepopulario.wordpress.com/2012/06/22/video-o-legado-somos-na-historia-de-elisangela/> (consultado em março de 2013).

ting Urbano, ou seja, uma estratégia de promoção e venda da própria cidade transformada em mercadoria.

A organização desses eventos depende de importantes negociações internacionais, sendo necessária uma forte presença dos poderes públicos, que ao mesmo tempo chancelam internacionalmente o país e assumem os custos e os ônus de sua preparação. A possibilidade de se organizar tais eventos se torna uma oportunidade única para reposicionar o país e a cidade na concorrência internacional de atração de negócios. Além do discurso voltado para a revitalização, tais eventos mobilizam sentimentos patrióticos, consolidando consensos em relação às intervenções, sobretudo diante do tempo exíguo para preparar a cidade. É significativa a declaração do ex-presidente Lula na coletiva de imprensa de 2 de outubro de 2009, dia do anúncio da vitória carioca para sediar os Jogos Olímpicos: “O Brasil saiu do patamar de país de segunda classe e entrou no patamar de país de primeira classe. Eu acho que hoje o Brasil conquistou sua cidadania internacional”¹⁸.

O forte patriotismo que envolve a preparação desses eventos acaba invisibilizando perdedores e ganhadores da dinâmica suscitada pela sua preparação. Alguns setores são fortemente beneficiados pela organização dos eventos, como a construção civil, o turismo e, sobretudo o mercado imobiliário. O valor do solo aumenta de maneira exponencial e a organização desses eventos conta justamente com a mais-valia imobiliária para financiar parte dos equipamentos esportivos.

A construção do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, por exemplo, é fruto de uma parceria público-privada estimada em R\$ 1,4 bilhão: em troca da construção dos equipamentos esportivos em 25% da área do terreno de 1,2 milhão de metros quadrados, a concessionária poderá explorar os valorizados terrenos remanescentes da área. Justifica-se tal dinâmica pela perspectiva que os poderes públicos não investem diretamente na construção dos equipamentos esportivos, mas dissimula o fato que há uma transferência de patrimônio público fundiário e um estímulo a um desenvolvimento urbano elitista e especulativo.

Da mesma forma, conforme descreve o dossiê da articulação Nacional dos Comitês populares da copa (2012, p.12), em descumprimento da Lei Federal nº 11.124 de 2005, que determina a “utilização prioritária de

18 Jornal *O Globo*, de 3 de outubro de 2010.

terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social”, o Decreto Municipal nº30.379 de 2009 estabelece que o Poder Executivo Municipal “envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”. Segundo o dossiê: “Assim, vê-se o poder público mobilizado para ‘limpar’ terras públicas de habitação popular e entregar estas áreas à especulação imobiliária, em nome da viabilização dos eventos”.¹⁹

Tal predominância do setor imobiliário se manifestou também no caso de Barcelona, conforme as críticas de Manuel Delgado. Ele descreve que a cidade catalã tornou-se um protótipo de cidade-fábrica, cidade convertida em uma enorme corrente de produção de sonhos e simulacros (Delgado, 2007, p.14). O autor explica, ainda (Op. Cit., p.44), que Barcelona foi o cenário de uma aliança generalizada entre promotores imobiliários e gestores públicos. Segundo ele, Barcelona, como projeto, se converteu mais em um projeto de mercado do que de convivência.

Muitas das críticas de Delgado podem ser facilmente aplicáveis ao caso carioca, tanto no caso supracitado do Parque Olímpico quanto no bilionário projeto Porto Maravilha. Trata-se de outra Operação Urbana Consorciada que visa promover a requalificação urbana e o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região portuária e adjacências. A gestão de todo o processo é realizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Nesse caso, as obras são financiadas pela venda dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs). O conjunto dos certificados foi comprado pela Caixa Econômica Federal a partir de recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e alcançou a soma de 3,5 bilhões de reais. Esse valor será transferido paulatinamente à concessionária Porto Novo para a realização das obras e a gestão dos serviços urbanos na área portuária por 15 anos. Importantes subsídios também estão disponíveis para atrair empresas para a região.

19 Além do uso de patrimônio público para o interesse do mercado imobiliário, a prefeitura, em recente decisão, decidiu desafetar parte do parque natural municipal de Marapendi para construir um novo campo de golfe para os Jogos Olímpicos, que será cercado por inúmeros lançamentos imobiliários, conforme já se pode ver nas páginas de lançamentos imobiliários dos principais jornais da cidade.

O projeto prevê obras monumentais, como a construção de uma enorme via subterrânea, permitindo a implosão do Viaduto da Perimetral que beira os galpões que estão sendo revitalizados. A prefeitura condiciona as etapas do projeto à preparação dos próximos eventos internacionais: vários museus e centros culturais são previstos para a região, como o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã. Para dinamizar o projeto e fomentar as vendas imobiliárias na região, parte dos apartamentos que serão construídos para abrigar a imprensa e os árbitros para os Jogos Olímpicos de 2016 foram deslocados do bairro da Barra da Tijuca para essa região. No entanto, recentemente, a prefeitura, após ter vendido as unidades habitacionais, anunciou que tal empreendimento não será mais utilizado no projeto olímpico.

Da mesma forma, a região passa por uma valorização imobiliária acelerada. Segundo reportagem do jornal *O Dia*, de 14 de março de 2013, a revitalização dos bairros da zona portuária já começou a mudar a perspectiva do mercado imobiliário naquela região. Somente nos dois primeiros meses de 2013, segundo a reportagem, os valores dos imóveis comerciais cresceram 20% em média, o dobro do registrado no restante da cidade. Eduardo Pompéia, engenheiro da Bolsa de Imóveis do Rio, conclui sobre a valorização da área: “É isso que dá dar confiança aos fundos de investimento”²⁰.

Tanto as intervenções quanto os equipamentos previstos para a zona tem como objetivo atender um novo público de visitantes e moradores, sem dialogar necessariamente com os anseios dos moradores locais. O urbanismo torna-se instrumental para a constituição de um novo modelo de cidade. Segundo Sanchez (2007, p. 29), tais intervenções se justificam por dinâmicas transformadoras, que alavancam o desenvolvimento econômico, ainda que os espaços que delas resultem venham aprofundar a fragmentação social.

Observa-se, ainda, o retorno de políticas de remoção na cidade. A prefeitura usa de métodos violentos: marcação das casas sem informações, negociação individual com cada morador para desmobilizar resistências coletivas, ausência total de participação dos moradores sobre o conteúdo e o andamento das obras, investimentos monumentais com fins turísticos e completa ausência de informações sobre as intervenções. Conforme afir-

20 Jornal *O Dia*, de 14 de março de 2013.

ma Rolnik (2009, p.5), a preparação da cidade para os grandes eventos pressupõe a eliminação de manifestações de pobreza. Dá-se prioridade ao embelezamento urbano em detrimento das necessidades dos moradores

Tal política já estava inclusive prevista no próprio plano estratégico da prefeitura, de 2009, que estipulou que era necessário “coibir novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante”²¹. Este plano prevê, ainda, a redução de pelo menos 3,5% das áreas ocupadas por favelas na cidade até 2012, tendo como referência o ano de 2008²². Por sua vez, segundo o jornal *O Globo*, de 14 de setembro de 2009, a meta do Plano Plurianual do governo Eduardo Paes é ainda mais ambiciosa e pretende, até 2016, reduzir em 5% a área ocupada por 968 favelas do Rio. Segundo a mesma reportagem, tal redução será aplicada a partir de três medidas: i) a construção de 50 mil casas populares, que serão oferecidas aos moradores de baixa renda, ii) a transferência das famílias que hoje moram em áreas de risco, e, por fim, iii) a urbanização das favelas.

O trecho abaixo do jornal *O Globo*, de 13 de outubro de 2011 relaciona as remoções com a necessidade de preparação da cidade para os eventos esportivos vindouros:

São injustificáveis, inclusive do ponto de vista humorístico, tentativas de conhecidos personagens da vida política de evitar a retirada de famílias de áreas de risco, como tem feito a prefeitura como medida preventiva contra tragédias. E é de se prever que do mesmo *front* populista partam missões para solapar a recente decisão do município de remover famílias que ocupam, a maioria delas irregularmente, áreas cuja reurbanização é inegociável entre as ações para adaptar o Rio aos compromissos assumidos para sediar jogos da Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Além do retorno das remoções, a preparação da cidade está provocando uma valorização excessiva do valor do solo. Segundo reportagem do jornal *O Globo*, de 10 de março de 2013, o valor médio do metro quadrado

21 Plano estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012. *Pós 2016: O Rio mais integrado e competitivo*, Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009, p.31.

22 Plano estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012. *Pós 2016...Op. Cit.* p.46.

na cidade alcançava o valor de R\$ 3.851,18 em janeiro de 2008. No mês de março de 2013, segundo dados do FipeZap, esse valor já alcançava o valor de R\$ 8.636,39. Um salto de 124,2%. No caso do aluguel, a alta foi de 65,2% (locação média do metro quadrado variou de R\$ 23,74 para R\$ 39,21). Enquanto isso, segundo dados do IBGE, a renda média variou no mesmo período somente 24,2%, de R\$ 1.519,65 para R\$ 1.902,80.

Segundo Reis (2012, p.24-27), a capital carioca entra em cena novamente para se tornar uma grande vitrine de negócios. Para a autora, a onda de otimismo do mercado imobiliário se explica pela instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)²³, que:

veio para abrandar a violência nos morros, minimizando aquele que era um dos principais problemas do município. De quebra, a pacificação de favelas reavivou bairros adjacentes, elevou preços e atraiu lançamentos para áreas onde o mercado estava adormecido.

O aumento do crédito não consegue absorver a valorização generalizada do solo e torna-se claro que uma possível dinâmica de gentrificação se desenha na cidade, sobretudo nos bairros mais centrais. Esse processo se manifesta também no interior das favelas. Segundo Martins e Vieira (2012, p.37), há uma remoção camuflada, já que as pessoas migram para locais cada vez mais afastados dos grandes centros. No caso das favelas, esse processo acontece não somente pelo aumento do imobiliário, mas também pelo fato que a ocupação policial está permitindo uma formalização dos serviços públicos com novos custos para os moradores. A concessionária de energia Light já conseguiu reduzir em 90% as ligações clandestinas em cinco favelas com UPPs (Martins e Vieira, 2012, p.38). Acusações sobre cobranças indevidas são sistematicamente relatadas pelos moradores.

23 Diante do fracasso das UPPs, é cada vez mais comum o discurso que é necessário reformular o desenho interno das favelas, já que seus becos e ruelas impediriam o trabalho da polícia, além de propiciar um espaço propício à doenças. A ideia de desadensamento das favelas ganha espaço nas atuais intervenções públicas. Sem discordar que em muitos casos é necessário abrir ruas e constituir espaços públicos no interior das favelas, o perigo de tal discurso é que as iniciativas de urbanização sejam utilizadas mais para remover moradores do que para melhorar as condições de vida desses locais. Será que estamos voltando para os mesmos princípios de embelezamento dos morros, evocados pela prefeitura do outrora Distrito Federal, para preparar a cidade para o centenário da independência?

Da mesma forma, segundo dados do Observatório das Metrôpoles, 62% das moradias do projeto Minha Casa Minha Vida foram construídas no longínquo bairro de Santa Cruz, enquanto que nenhum empreendimento foi construído ou licenciado na zona sul (Martins e Vieira, Op. Cit.). O projeto de cidade que se desenha é amplamente excludente e elitista, provocando forte periferização dos mais pobres, seja pelo retorno da remoção de favelas, seja pela valorização do solo ou, finalmente, pela provisão de moradias populares em bairros e cidades cada vez mais distantes das áreas centrais.

Em guisa de conclusão

O presente artigo pretendeu analisar os impactos urbanos, que o acolhimento de grandes eventos internacionais traz para as cidades-sede a partir de dois momentos históricos distintos, os inícios dos séculos XX e XXI. Como analisamos, a organização desses eventos trazem possibilidades inéditas de investimentos e aquecem a economia local. No entanto, tais investimentos não se voltam para os interesses da população. A organização de tais eventos justifica todo tipo de negociatas e vende uma cidade que poucos podem consumir.

Assim como ocorreu nas primeiras décadas do século XX, a cidade volta a viver uma fase de mudanças estruturais e os grandes eventos internacionais, uma vez mais, colaboram na consolidação de consensos sobre os rumos da cidade. A homogeneização do espaço acaba simplificando as múltiplas identidades e diferentes formas de vida urbana. O consenso de uma imagem única de cidade faz com que a cidade perca uma de suas expressões sociais mais importantes: a sua diversidade de leituras (Teobaldo, 2010, p.145). É preciso, assim, valorizar o dissenso que deve alimentar situações ordenadas de conflito. O dissenso, conforme sustentam Pallamin e Lima (2001, p.30), deve constituir o modo no qual a argumentação social, pública, ocorre.

Se os impactos da organização dos grandes eventos já eram objeto de fortes críticas dos diretamente afetados pelas obras e movimentos sociais, acabaram ganhando uma enorme visibilidade a partir das manifestações de junho de 2013. Como defende Guy Debord (1967), a maior novidade do urbanismo não é de ordem técnica, mas se traduz pela possibilidade de executar projetos a partir da realidade que emerge do local, do cotidiano

de seus habitantes. Se, por enquanto, a experiência carioca é um grande fracasso, resta a esperança que as vitórias sociais obtidas desde as manifestações possam se traduzir em novas formas de se pensar e planejar nossas cidades.

Referências Bibliográficas

BERENSTEIN-JACQUES, P. Notas sobre espaço público e imagens da cidade, Arquitextos. Nº10, 2009, In: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41> (consultado no mês de novembro de 2012).

BROUL, J. de. La longue marche de dom helder. La Vie. 1983.

DEBORD, G. La Socièté du Spectacle. Paris: Champ Libre, 1967.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2012. In: http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie_megaeventos_violacoesdedireitos2012.pdf

FABIAN, A. e ROHDE, B. Progresso e Modernidade: sonho de uma nação. Revista Eclética, p.63-64, julho-dezembro de 2007.

MASCARENHAS, G. Inventando a “cidade esportiva” (futura cidade olímpica): grandes eventos e modernidade no Rio de Janeiro, MASCARENHAS, Gilmar et ali (org.). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUerj, 2011, p. 59-97.

MOTTA, M. da S. da, *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992, 129 p.

MOTTA, M. S., *Entre o castelo e o aterro: a identidade do Rio quatrocentão*. In: CARNEIRO, S. de Sá e SANT’ANNA, M. J. G. *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, p.121-135, 2009.

MARTINS, R. e VIEIRA, W., *Carta na escola*. Nº 64, p.36-41, 2012.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*, Rio de Janeiro: PUC, 1986.

NONATO, J. A. e SANTOS, N. M., *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

PALLAMIN, V. e LIMA, Z., A cidade do dissenso e da diferença. *Revista Pós*. Nº9, junho/2001, p. 26-34.

PESAVENTO, S. J., *Exposições universais. Espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

REIS, P. "Rio de oportunidades". *Construção*. Ano 65, nº 127, p. 24-27, fevereiro de 2012.

RODRIGUES, A. E. M., *História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil*. CARNEIRO, S. de Sá e SANT'ANNA, M. J. G. (org.). *Cidades, olhares, trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 85-120, 2009.

ROLNIK, R., *Rapport de la Rapporteuse spéciale sur le logement convenable en tant qu'élément du droit à un niveau de vie suffisant ainsi que sur le droit à la non-discrimination dans ce domaine*. ONU, 2009. In: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G09/176/14/PDF/G0917614.pdf?OpenElement>

SAMPAIO, C., *Memória Histórica: obras na Prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa: Lumen, 1924.

SANCHEZ, F., *Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global*. In: LIMA, E. F. W. e MALEQUE, M. R. *Espaço e cidade. Conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 25-41, 2007.

SANCHEZ, F. *A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine*, ACSERALD, H. *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, p.171-192, 2009.

SHORT, J. R. "Globalization, cities and the summer Olympics". *City*. Vol. 12, nº 3, p. 321-340, 2008.

SILVA, L., *História do urbanismo no Rio de Janeiro. Administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

SMITH, N. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, p. 59-87, 2006.

TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. *Sociologia. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*. Vol. XX, p.137-148, 2010.

* Rafael Soares Gonçalves é advogado e historiador. Professor adjunto da PUC-Rio. Jovem Cientista do Nosso Estado desde 2011.
<rafaelsgoncalves@yahoo.com.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)

Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHSS-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil